

A. I. N° - 294889.0101/04-6
AUTUADO - MARIA VIEIRA DA CRUZ DE CONQUISTA (ME)
AUTUANTE - SANDRA ROSA PEREIRA CRUZ
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 08.10.2004

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0370/01-04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. Lançamento indevido. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 23/07/2004, exige multa no valor de R\$ 690,00, em razão do contribuinte deixar de emitir, na condição de estabelecimento varejista, notas fiscais correspondentes às operações realizadas diretamente para consumidor final.

O autuado, à fl. 15, apresentou defesa alegando que a empresa não chegou a efetivar operações de compras e vendas de mercadorias. Que se tratando de uma pequena indústria de fundos de quintal, com ramo de atividade de temperos e condimentos caseiros, se deixou influenciar por terceiros a constituir a empresa. Embora tenha mandado confeccionar talões não chegou a utilizá-los pelo fato da não operacionalidade da empresa. Que as informações apresentadas através das DMEs foram equivocadas.

Requeru a revisão do referido Auto de Infração.

A autuante, à fl. 25, informou que o contribuinte apontou equívoco na informação prestada na DME, tendo retificado tais informações.

Opinou pela manutenção da autuação.

VOTO

A autuação se deu em razão da autuante ter identificado que nas informações, através da DME do ano de 2003, o contribuinte informou no campo “saídas”, o valor de R\$ 1.800,00, nada constando no campo “entradas” e, o valor de R\$ 1.800,00, no campo “estoque”. Assim, considerou que o contribuinte deixou de emitir notas fiscais relativas as operações realizadas.

O autuado alegou nunca ter exercido sua atividade e que teria havido equívoco na apresentação das informações na DME do ano de 2003, além do que se tratava de uma indústria de fundos de quintal com atividade de temperos e condimentos caseiros. Apresentou declaração retificadora.

Da análise das peças que compõem o presente processo verifco que no caso presente a multa aplicada diz respeito a descumprimento de obrigação acessória quanto o contribuinte for identificado realizando operações de saídas de mercadorias, sem a emissão do documento fiscal. Para isso, se faz necessário que o fisco comprove tal fato, mediante juntada do Termo de Auditoria do Caixa e trancamento dos talões de notas fiscais, em que fique provada a irregularidade apontada na acusação fiscal, o que não ocorreu.

A alegação de que nos dados informados na DME houve operações de saídas de mercadorias não caracteriza aplicação de multa indicada nos autos.

Desta maneira, descabe a exigência da multa na forma em que foi aplicada.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão unânime, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **294889.0101/04-6**, lavrado contra **MARIA VIEIRA DA CRUZ DE CONQUISTA (ME)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de setembro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR